



## Plenário aprova Alexandre de Moraes para o Supremo

Em votação secreta, os senadores aceitaram o nome do ex-ministro da Justiça para a vaga que pertenceu a Teori Zavascki, morto em janeiro

Marcos Oliveira/Agência Senado



Por 55 votos favoráveis e 13 contrários, o Plenário do Senado aprovou ontem Alexandre de Moraes para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele ocupará a cadeira vaga desde a morte do ministro Teori Zavascki, ocorrida em janeiro. O ex-ministro da Justiça é o primeiro integrante do STF escolhido por Michel Temer. Na terça-feira, Moraes foi sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça, onde falou sobre temas como segurança pública e combate à corrupção. **3**



Senadores no Plenário (foto maior) durante a sessão que aprovou o nome de Alexandre de Moraes (foto menor) para ministro do STF

### “Participação de cidadãos em sabatina é sinal de maturidade”

O senador Eduardo Braga, que foi relator da indicação de Alexandre de Moraes, citou as mais de 1,6 mil perguntas e mensagens enviadas na terça-feira pelos cidadãos, via internet, para a sabatina do

indicado e afirmou que essa expressiva participação é um sinal de amadurecimento da democracia brasileira. “As sabatinas ganham cada vez mais robustez. Antes eram superficiais e protocolares”, disse.



Eduardo Braga, que relatou a indicação de Moraes

página 3

### Repatriação ganha urgência e deve ser votada em 8 de março

O projeto que reabre por 120 dias o prazo para regularizar ativos mantidos ou enviados ilegalmente ao exterior deve ser votado em 8 de março. O requerimento de urgência, aprovado ontem pelo Plenário, garante

votação ao texto substitutivo que veio da Câmara após duas sessões deliberativas. Os deputados reduziram o imposto de 17,5% para 15% sobre o valor repatriado e aumentaram a multa de 17,5% para cerca de 20%. **4**

Genildo Magela/Agência Senado



Valadares encabeçou pedido de urgência para votação da repatriação

Felipe Borra/Agência Senado



Valor arrecadado com gorjeta pertence a empregados, e não a empregadores

### Vai para sanção projeto que regulamenta repasse de gorjetas

Está pronto para sanção do presidente da República, Michel Temer, o projeto que regulamenta o rateio da gorjeta entre os trabalhadores de bares e restaurantes. O substitutivo de Paulo Paim foi aprovado na terça-feira na Câmara dos

Deputados. O texto estabelece que a gorjeta não é receita dos empregadores, mas se destina aos trabalhadores e será distribuída integralmente a eles, segundo critérios de custeio e rateio definidos em convenção ou acordo coletivo. **2**

### Proposta que acaba com foro privilegiado pode receber urgência **3**

### Senadores apoiam recuo do governo em importação de café do Vietnã **4**

### Plenário discute PECs que socorrem finanças de estados e municípios **4**

### Evento de câmaras municipais termina com debate sobre pressão social **2**

# Pressão da sociedade sobre políticos é tema em evento

1º Congresso Nacional das Mesas Diretora de Câmaras Municipais, no Auditório do Interlegis, também discutiu a transparência na gestão legislativa e a relação entre o governo federal e a sociedade

AS NOVAS PRESSÕES da sociedade sobre os políticos foram discutidas na terça-feira, durante o 1º Congresso Nacional das Câmaras Municipais, realizado no Auditório do Interlegis. O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Antonio Lassance propôs respostas para essas pressões alertando para a necessidade de os agentes políticos entenderem que a sociedade cobra cada vez mais uma conduta ilibada de seus representantes.

O diretor do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados, Cristiano Ferri, e o editor de Política do *Correio Braziliense*, Leonardo Cavalcanti, falaram sobre a transparência como estratégia de gestão legislativa.

## Sociedade e governo

O diretor-adjunto do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Paulo Viegas, alertou para o distanciamento entre a sociedade e a política econômica do governo. Para ele, quem pode fazer a ponte é o Legislativo municipal, cabendo às câmaras receber os pleitos da comunidade e transformá-los em políticas públicas.

A atuação das procuradorias no fortalecimento do Poder Legislativo foi defendida pelos



Participantes do congresso discutem soluções para problemas do Legislativo

procuradores Ricardo Teixeira da Silva, da Câmara Municipal de São Paulo, e Rafael Neubern Costa, do Ministério Público de Contas daquele estado. Para Teixeira, a presença dos procuradores nas comissões das câmaras pode aperfeiçoar a atividade-fim desenvolvida por essas Casas legislativas.

## Procuradores

Por sua vez, Neubern ressaltou que o procurador da câmara deve ser servidor efetivo e explicou que a atuação preventiva pode ser definitiva para evitar a responsabilização de agentes políticos em atos de improbidade administrativa.

No último painel do dia, o procurador legislativo de Natal, Rodrigo Emanuel de Araújo Dantas, e o procurador

legislativo de Santa Bárbara do Oeste (SP), Raul Miguel Freitas de Oliveira, discutiram as prerrogativas e responsabilidades do vereador.

## Escolas nas câmaras

O presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, Florian Madruga, defendeu mais escolas nas câmaras municipais para atender não apenas à necessidade de capacitação dos servidores, mas à comunidade, ao ampliar o conhecimento sobre a Constituição.

O congresso, que encerrou-se ontem com visitas à Câmara e ao Tribunal de Contas da União, é uma iniciativa da Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais.

# Regulamentação de gorjeta segue para sanção

O rateio da gorjeta entre os trabalhadores de bares e restaurantes pode se tornar lei em breve se o presidente da República sancionar o substitutivo do Senado para o Projeto de Lei 252/2007. O substitutivo foi aprovado na terça-feira no Plenário da Câmara dos Deputados e enviado à sanção.

O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No Senado, o substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) havia sido aprovado na Comissão de Assuntos Sociais

(CAS) em novembro de 2016. O texto estabelece que a gorjeta não é receita própria dos empregadores, mas se destina aos trabalhadores e será distribuída integralmente a eles, segundo critérios de custeio e rateio definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Além disso, o substitutivo considera gorjeta não só a importância dada espontaneamente pelo cliente ao empregado, mas também o valor cobrado pela empresa como serviço ou adicional, a qualquer

título, e destinado à distribuição entre os empregados.

Caso não exista previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, os critérios de rateio e distribuição da gorjeta e os percentuais de retenção deverão ser definidos em assembleia geral dos trabalhadores.

Todas as empresas deverão anotar na carteira de trabalho e no contracheque dos empregados o salário fixo e o percentual percebido a título de gorjeta.

(Com Agência Câmara)

## Cassol critica reportagem sobre pílula do câncer

Ivo Cassol (PP-RO) criticou reportagem do *Fantástico*, da TV Globo, sobre a venda da fosfoetanolamina, conhecida como a “pílula do câncer”, como suplemento alimentar.

Na reportagem, o médico Drauzio Varella teria classificado a venda do suplemento como “charlatanismo para explorar pessoas doentes”. O senador disse que o médico, por ter uma clínica de oncologia, não teria interesse na “cura barata da doença”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Romário diz que falta droga contra mal degenerativo

Romário (PSB-RJ) cobrou explicações sobre a falta do Riluzol, usado por pacientes com esclerose lateral amiotrófica, conhecida como ELA, doença degenerativa que atinge cerca de 10 mil brasileiros.

Para Romário, a falta do medicamento representa o descaso do Estado e mostra que, apesar das críticas à judicialização da saúde, é a saída para os que não encontram o Riluzol nos centros de distribuição.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Fátima Bezerra condena reforma da Previdência

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou o fim da aposentadoria especial para os professores, incluído na reforma da Previdência do governo Temer, que tramita na Câmara. Segundo a senadora, trata-se de um “massacre”, devido às péssimas condições de trabalho dos professores.

— [A reforma] acaba com a aposentadoria especial. E eu sempre tenho dito: isso não é privilégio. Essa é uma questão de proteção social.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Amorim celebra hospital do câncer em Sergipe

Eduardo Amorim (PSDB-SE) comemorou a construção de um hospital para o tratamento de câncer em Aracaju. A unidade vai ter 120 leitos para adultos e 30 para crianças, além de UTI.

O senador criticou o governo estadual, lembrando que a obra já deveria ter começado há muito tempo.

— Nos últimos sete anos, milhares de sergipanos morreram por omissão do governo que lá está.



Gerardo Magela/Agência Senado

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### PRESIDÊNCIA Ordem do dia

11h Eunício Oliveira preside a ordem do dia da sessão deliberativa extraordinária.

#### PLENÁRIO Radiodifusão

11h Na pauta, projeto sobre a concessão de serviços de radiodifusão.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Coordenadora-geral:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Senado aprova Alexandre de Moraes para STF

O nome do ex-ministro da Justiça foi aprovado por 55 votos a favor e 13 contra. Moraes é o primeiro ministro indicado por Michel Temer



Plenário durante sessão em que foi aprovada a indicação de Moraes ao Supremo

O SENADO APROVOU ontem o nome do ex-ministro da Justiça Alexandre de Moraes para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Foram 55 votos favoráveis e 13 contrários. A decisão será comunicada ao Executivo, e o STF marcará o dia da posse.

Moraes ocupará a cadeira que foi de Teori Zavascki, morto em janeiro num acidente aéreo. O ex-ministro será o primeiro integrante do STF escolhido por Michel Temer, que assumiu a Presidência em maio de 2016.

A votação no Plenário foi secreta e não houve discussão. No entanto, a líder do PT, Gleisi

Hoffmann (PR), fez críticas à indicação. Segundo ela, há o temor de que Moraes tenha “atuação partidária” no STF.

Moraes havia sido sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na terça. Respondeu a questionamentos dos senadores e externou opiniões sobre temas como reforma do sistema judiciário, segurança pública e combate

à corrupção. Ele foi aprovado na CCJ por 19 votos a 7.

Hélio José (PMDB-DF) lembrou que o Senado recebeu mais de 1,6 mil perguntas de cidadãos, pelo Portal e-Cidadania, muitas das quais foram lidas na CCJ pelo relator da indicação, Eduardo Braga (PMDB-AM). Para Hélio José, isso demonstra o Senado “de portas abertas” para o país.

## Senadores defendem mudanças nas regras para indicações

Apelos por mudanças nas regras de indicação para os tribunais superiores foram feitos ontem no Plenário. Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que o atual modelo em que o presidente da República indica já se esgotou, inclusive porque motiva desconfianças em relação aos critérios de escolha dos nomes.

Antes, Gleisi Hoffmann havia registrado que, apesar de a votação ser secreta, seu partido já se manifestara contrário à indicação de Moraes.

— Tinha que ser diferente do que acontece. Infelizmente,

no nosso país, a coerência não tem sido a marca das lideranças, das instituições, das autoridades — comentou.

Lasier Martins (PSD-RS) cobrou decisão sobre requerimento já entregue à Mesa, com assinatura de todos os líderes, para calendário especial de tramitação no Plenário da PEC 35/2017, de sua autoria. Por essa PEC, que já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, o presidente da República indicará um nome a partir de lista tríplice elaborada por colegiado de sete integrantes, entre eles

os presidentes do STF e de tribunais superiores, como STJ, STM e TST.

Reguffe (sem partido-DF), autor de PEC sobre o tema (PEC 52/2015), criticou a possibilidade de o presidente indicar alguém de sua equipe.

O senador disse que não se pode comparar com os Estados Unidos, onde cabe também ao presidente indicar os nomes, pois lá a Suprema Corte discute apenas temas constitucionais, enquanto no Brasil o STF também julga parlamentares, na condição de tribunal penal.

## Segundo Braga, participação popular em sabatina mostra democracia mais madura

A intensa participação de cidadãos na sabatina de Alexandre de Moraes foi considerada por Eduardo Braga (PMDB-AM) sinal de amadurecimento da democracia brasileira. O senador falou ao programa *Argumento*, da TV Senado.

Braga, relator da indicação de Moraes, fez um agradecimento aos cidadãos que participaram pelo Portal e-Cidadania.

— Tenho que agradecer muito ao cidadão, que participou ativamente. Quebramos recorde no Senado.

No total, foram recebidas 1.636 perguntas de cidadãos, parte delas aproveitada pelo relator durante a sabatina.

Segundo ele, os questionamentos foram agrupados em dez grandes blocos, a fim de sintetizar as participações e representar o maior número possível de ideias.

— Houve muito apoio e muito questionamento

à indicação, mas todos queriam esclarecimentos. O grande mérito do indicado e da comissão foi responder ao anseio de esclarecimento que a sociedade tinha — disse.

O recorde de participações e as quase 12 horas de sabatina são sinais de que a democracia está mais madura, na opinião de Braga.

— As sabinas de membros dos tribunais superiores ganham cada vez mais robustez no Senado. Esse é um amadurecimento do nosso processo democrático. Antes, eram curtas, superficiais, praticamente protocolares.

Questionado sobre mudanças no modelo de escolha de ministros do STF, ele disse estar aberto ao debate.

— O debate deve ser feito no Legislativo, com a população, sem ser contaminado pela recente indicação.

Assista à entrevista de Braga: <http://bit.ly/EduardoBraga>

## Cristovam critica aprovação de Moraes e solicita que as propostas de alteração tramitem em conjunto

Cristovam Buarque (PPS-DF) criticou ontem a aprovação de Alexandre de Moraes, “sem a responsabilidade que o fato exigia”. Solicitou a tramitação conjunta das propostas de emenda à Constituição que



modificam o sistema de escolha dos ministros do STF, entre elas a de sua autoria (PEC 44/2012), que propõe lista sêxtupla a ser encaminhada ao presidente da República. Também pediu pressão na escolha do relator.

## Parlamentares querem urgência para PEC que acaba com o foro privilegiado

Senadores defenderam ontem a adoção de um calendário especial para votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2013, que extingue o foro por prerrogativa de função, o foro privilegiado.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lembrou que, em 2013, líderes de diversos

partidos fizeram um pedido, que expirou, para que a proposta tivesse tramitação diferenciada. Ele tentará reapresentar o mesmo documento à Mesa e, caso não seja possível assegurar o calendário especial, recolherá assinaturas para propô-lo novamente.

— Esse é o assunto mais comenta-

do nas últimas semanas, existe uma pressão social para apreciação dessa PEC — afirmou Randolfe.

Reguffe (sem partido-DF) também defendeu urgência para a votação da PEC. Segundo ele, o foro privilegiado não passa de “fermento e instrumento da impunidade, fazendo com que ações

fiquem ali durante anos e anos e não sejam julgadas”.

A PEC 10/2013, de Alvaro Dias (PV-PR), foi aprovada em novembro de 2016 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Desde o ano passado, ela está pronta para entrar na pauta do Plenário.

### Aníbal diz que país começa a dar sinais de recuperação

Para José Aníbal (PSDB-SP), o país começa a dar sinais de estabilização econômica. Ele citou estimativas de aumento de 20% da safra de grãos em relação a 2016 e de queda da inflação.

Ele avalia que Temer tem conduzido a economia melhor que Dilma. Adverte, porém, que o Banco Central precisa reduzir a Selic para impedir o aumento da taxa real de juros.



### Muniz critica privatização na área de saneamento

Roberto Muniz (PP-BA) criticou a iniciativa do governo federal de forçar os governos estaduais a vender empresas públicas de saneamento para receber ajuda federal e reduzir débitos fiscais. Para ele, após as privatizações, a verba pública antes destinada a saneamento será usada em outros setores.

— Se houver privatizações, que seja para acelerar a universalização do saneamento.



### Hélio José reprova gestão de companhia de água

Hélio José (PMDB-DF) denunciou taxas extras cobradas pela Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb) dos moradores de um conjunto habitacional da periferia da cidade, onde o esgoto corre a céu aberto.

O senador também reclamou do racionamento de água e responsabilizou a Caesb pela situação, que poderia ser evitada, disse, com obra para captação de água de Corumbá IV.



### Lúcia Vânia: estatais devem se adaptar a novas exigências

Lúcia Vânia (PSB-GO) alertou para a necessidade de as empresas públicas e as sociedades de economia mista adaptarem seus estatutos sociais à Lei de Responsabilidade das Estatais até 30 de junho de 2018.

Ela destacou como avanço o aumento do rigor na indicação de dirigentes das estatais. Para ela, isso pode impedir casos de corrupção e desvio de verba.



### Bezerra destaca recessão econômica e defende reformas

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) lamentou a crise política que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff e o momento atual do Brasil, que classificou como “a maior recessão econômica das últimas décadas”.

Para ele, embora haja sinais de recuperação da economia, reformas estruturantes são necessárias, como as previdenciária, tributária e trabalhista.





À mesa, Antonio Carlos Valadares, autor do requerimento de urgência, e o presidente do Senado, Eunício Oliveira

## Repatriação de recursos deve ser votada em março

Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de urgência para a proposta que reabre prazo para regularizar recursos mantidos no exterior. Com isso, a PEC deve ir a votação no dia 8 de março

O SENADO DEVE votar em 8 de março o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto que reabre por 120 dias o prazo para regularização de ativos mantidos ou enviados ilegalmente ao exterior. Ontem, o Plenário aprovou requerimento de urgência para a proposta, encabeçado por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Aprovado o requerimento, os senadores devem aguardar as duas sessões deliberativas que estão marcadas para hoje e para o dia 7 de março, antes de votar o substitutivo.

O prazo de adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária começa a contar a partir da data da regulamentação pela Receita Federal. A legalização abrange o patrimônio em posse do declarante em 30 de junho de 2016, conforme o substitutivo da Câmara ao PLS 405/2016.

Os deputados alteraram a tributação: a versão do Senado previa 17,5% de imposto e 17,5% de multa, e o substitutivo propôs 15% de imposto e 20,25% de multa. A soma

resulta em 0,25% a mais do que o fixado pelo Senado.

Dos valores arrecadados com a multa e com o imposto, 46% serão repartidos com os estados, o Distrito Federal e os municípios por meio dos respectivos fundos de participação (FPE e FPM).

Pela nova lei, a conversão dos valores dos bens será feita pela cotação do dólar de 30 de junho de 2016, que é de R\$ 3,21 por dólar. Pela regra anterior, a cotação usada foi de R\$ 2,65 por dólar, vigente em 31 de dezembro de 2014.

O substitutivo faculta ao contribuinte que aderiu ao regime até 31 de outubro de 2016 complementar a declaração, obrigando-se a pagar o imposto e a multa devidos sobre o valor adicional e a observar a nova data fixada para a conversão do valor expresso em moeda estrangeira.

### Parentes

O substitutivo excluiu artigo, aprovado pelo Senado, que não permitia às autoridades públicas adesão à repatriação de recursos, mas que era

omisso quanto aos seus parentes. Com isso, a regra a ser seguida é a do artigo 11 da Lei 13.254/2016, segundo o qual os direitos de regularização não são aplicáveis aos detentores de cargos, empregos e funções públicas, nem a cônjuge e parentes consanguíneos, até o segundo grau ou por adoção.

O substitutivo da Câmara também exclui a possibilidade de os não residentes no Brasil em 30 de junho de 2016 aderirem ao programa. Pelo texto do Senado, isso seria possível se essas pessoas tivessem sido residentes ou domiciliadas no país, conforme a legislação tributária, em qualquer período entre 31 de dezembro de 2010 e 30 de dezembro de 2016.

A adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária e o pagamento do imposto e da multa implicam a anistia do contribuinte de crimes tributários relacionados aos valores declarados, como sonegação fiscal ou descaminho, e de outros constantes de leis específicas, como a que trata sobre lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

## Avançam duas PECs em favor de municípios e estados

Duas propostas de emenda à Constituição (PECs) passaram ontem por mais uma sessão de discussão em Plenário — uma simplifica regras fiscais e tributárias e outra agiliza repasses a fundos de participação de estados e municípios.

A primeira, chamada PEC da Desburocratização (57/2016),

reúne medidas para todos os municípios, estados e para a União, mas com ênfase na redução de exigências para as pequenas cidades.

Essa foi a quarta sessão de discussão da PEC, que precisa ser submetida a mais uma sessão de discussão, para ser votada em primeiro turno.

Também contou prazo a PEC 61/2015, que permite que emendas parlamentares ao Orçamento sejam destinadas diretamente ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Atualmente, as emendas vão para projetos específicos, como obras. Foi a segunda sessão de discussão da proposta, de Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A intenção da senadora é reduzir a burocracia para o repasse de verbas para prefeituras e governos estaduais.

Gleisi afirma que a proposta não altera a gestão dos recursos dos fundos, que contam com mecanismos de acompanhamento e de fiscalização.



Pela proposta de Gleisi, acesso de prefeituras a verbas ficará mais rápido

## Objetivo da reforma de Temer é privatizar a Previdência, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem a mobilização popular contra a reforma da Previdência. O senador classificou a proposta de Michel Temer de irresponsável e apoiou os trabalhadores rurais, que repudiam as novas regras propostas pelo governo para aposentadoria e pensão.

Na opinião de Paim, o objetivo da reforma de Temer, na verdade, é privatizar a Previdência.

O senador manifestou a esperança de que o texto não passe no Congresso, porque os parlamentares ouvirão os protestos de seus eleitores.



Roque de Sá/Agência Senado

## Petecão condena obrigatoriedade do imposto sindical

Sérgio Petecão (PSD-AC) criticou a instrução normativa do Ministério do Trabalho que obrigou os servidores públicos a recolher imposto sindical. Para ele, não é justo o governo querer “fazer festa” com o dinheiro dos outros em um período em que todos sofrem dificuldades financeiras.

O senador disse temer que o governo use a medida para “amolecer” centrais sindicais no debate da reforma proposta pelo governo

— Poderão ser recolhidos mais de R\$ 160 milhões. Isso é muito dinheiro para tirar do bolso do trabalhador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Armando manifesta preocupação com a segurança em PE

Armando Monteiro (PTB-PE) lamentou a crise de segurança pública em Pernambuco, onde, segundo ele, a criminalidade cresceu a níveis assustadores e tem levado pânico e terror à população.

O senador apresentou estatísticas que põem o estado acima da média nacional de homicídios. Segundo ele, é preciso recuperar os níveis de investimento na polícia e no sistema carcerário. Na avaliação dele, o governo de Pernambuco reagiu de forma “débil” ao crescimento dos crimes.



Roque de Sá/Agência Senado

## Flexa comemora incentivo ao turismo na Amazônia

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciou ontem que o Ministério do Turismo lançará campanha para divulgar o verão amazônico, que acontece no meio do ano, ao contrário do resto do país.

O senador explicou que os meses de dezembro, janeiro e fevereiro são muito chuvosos na Região Norte, não sendo o período mais indicado para a visita de turistas, que procuram especialmente o ecoturismo.

O senador disse ainda que a pasta do Turismo vai reservar R\$ 20 milhões para a propaganda.



Roque de Sá/Agência Senado

## Valdir Raupp elogia suspensão de compra de café do Vietnã

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou a decisão do governo de suspender a autorização para a importação de café do Vietnã. Previa-se a compra de pelo menos 1 milhão de sacas.

Raupp e integrantes das bancadas na Câmara e no Senado dos estados de Rondônia, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul argumentaram com os ministros da Indústria e da Secretaria de Governo sobre a precipitação da medida sem um estudo. Não há motivos, disse Raupp, para o Brasil importar café se produz 50 milhões de sacas ao ano e exporta mais de 30 milhões.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Para Rose, importação de café pode levar a concorrência desleal

Rose de Freitas (PMDB-ES) mostrou preocupação com a possível concorrência desleal no mercado de café, se o governo retomar a ideia de importar o grão do tipo conilon.

O Executivo havia decidido pela importação, mas recuou. Rose espera que a ideia não seja retomada, visto que, segundo ela, a compra no mercado externo vai prejudicar os produtores nacionais.

— Essa polêmica foi criada por indústrias que alegam escassez de matéria-prima desde a estiagem que prejudicou o Espírito Santo.

O estado, disse, é o maior produtor de café conilon do país.



Jefferson Rudy/Agência Senado